

EDITORIAL

É indiscutível que nos últimos anos os doutoramentos em Ciências da Saúde têm tido um aumento muito significativo nas nossas Faculdades de Medicina. Contudo, muitos desses doutoramentos são em investigação básica e da responsabilidade de não médicos. Apesar de ser de louvar este interesse dos não médicos pela área da saúde e destes profissionais serem importantes nos nossos centros de investigação universitários, na realidade muito do que é produzido de novo não é aplicado à clínica. Em consequência a investigação desenvolvida não tem repercussão na prática médica diária.

Durante muitos anos os estudantes de medicina foram pouco incentivados para a investigação clínica e a actual geração de especialistas hospitalares tem pouca vocação para investigar e além disso não está cientificamente preparada. A demonstrar este facto observa-se uma produtividade baixa de publicações científicas indexadas e uma participação modesta da maior parte dos serviços hospitalares portugueses em ensaios clínicos ou em investigação translacional.

Em relação à nossa especialidade de Ginecologia e Obstetrícia uma avaliação bibliométrica em que participamos, analisando o número de publicações entre 1997 e 2006, contabilizou um aumento significativo da produtividade científica (cerca de 140%), sendo aproximadamente 60% dessas publicações da responsabilidade dos três grandes hospitais universitários. Contudo, quando se compara a produtividade de uma instituição como o IPATIMUP, que não é uma instituição hospitalar e não tem actividade assisten-

cial, com qualquer um dos três maiores hospitais universitários, há uma diferença muito significativa no número de publicações desfavorável aos hospitais.

Em conclusão, começamos a ter uma satisfatória produtividade científica nos centros de investigação e não temos o correspondente desempenho no que se refere à investigação clínica, da responsabilidade daqueles que cuidam diariamente dos doentes.

Não é fácil no sistema nacional de saúde que temos, vocacionado para a produtividade e para indicadores que nada têm a ver com a actividade científica, assumirmos simultaneamente os cuidados assistenciais, o ensino pré e pós-graduado e a investigação clínica. Contudo, algo tem que ser feito para podermos atingir um lugar de maior dignidade científica no contexto internacional.

O Regulamento do Internato Médico “prevê a possibilidade dos médicos do internato médico poderem frequentar programas de investigação clínica, conducentes ao grau de doutor”. Mais recentemente a Portaria 172/2008 de 15 de Fevereiro “fixa as condições de admissão e frequência dos médicos do internato médico a programas de doutoramento com base em investigação clínica”, criando a figura do “interno doutorando”. Por outro lado, as Faculdades de Medicina iniciaram programas de 3º ciclo, que permitirão aos interessados essa articulação entre a formação clínica e a de investigação. Neste momento, os docentes universitários ginecologistas/obstetras das várias faculdades de medicina têm a responsabilidade de criarem um programa de 3º ciclo, de âmbito nacional e

que incentive à sua frequência por parte dos internos. Aqui fica o desafio e estou disponível para colaborar. Mais ainda, o recente protocolo de acordo entre as universidades portuguesas e a Universidade de Harvard (www.hmsportugal.org) vem permitir um intercâmbio de alto nível científico no que se refere à investigação translacional e é exclusivamente dedicado a médicos. Não percamos esta oportunidade.

Finalmente, falta o legislador entender que é imprescindível criar a figura jurídica de hospital universitário ou centro hospitalar universitário. Já há muito que o devia ter feito, mas se o não concretizar a curto

prazo, todas as iniciativas anteriormente enumeradas poderão abortar ou então formar-se-ão cientistas médicos que, não encontrando local de trabalho adequado em Portugal, serão forçados a sair do País. Por melhor que seja o desempenho de um médico da carreira hospitalar, só integrado numa estrutura de ambiente universitário poderá ser estimulado e estimular a investigação científica dos seus discípulos. As faculdades de medicina portuguesas há muitos anos que tentam a concretização deste projecto, mas infelizmente não tem havido a sensibilidade e a vontade do poder político para o concretizar. Será que é agora?

Carlos Freire de Oliveira

*Professor Catedrático de Ginecologia da
Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra*